

## EDUCAÇÃO FINANCEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE AS MUDANÇAS PROPOSTAS PELA BNCC E PELO NOVO ENSINO MÉDIO

Alexandre Xavier dos Santos<sup>1</sup>; Marcos Alexandre Alves<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho busca discutir e apresentar uma breve pesquisa de caráter bibliográfico em publicações do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul acerca da educação financeira no âmbito do Ensino Básico. A partir das recentes alterações no currículo escolar advindas da BNCC e pelos componentes curriculares do Novo Ensino Médio que constam no Referencial Curricular Gaúcho, viu-se a necessidade de situar o ensino da educação financeira a partir desses documentos norteadores. Este trabalho busca também dar subsídio para profissionais da área do ensino da matemática que estão tendo sua prática impactada por essas recentes alterações.

**Palavras-chave:** Educação Financeira; Novo Ensino Médio; BNCC; Referencial Curricular Gaúcho

**Eixo Temático:** Educação, Cultura e Comunicação (ECC).

### 1. INTRODUÇÃO

A recente reestruturação do Ensino Médio na rede pública do Estado do Rio Grande do Sul, bem como as novas diretrizes curriculares que têm sido introduzidas no país, tem gerado muitas dúvidas entre professores, gestores e demais membros da comunidade escolar. Entre essas mudanças, pode-se destacar a ênfase que tem sido dada para a abordagem da educação financeira no currículo escolar.

A fim de explicar como esse tema foi introduzido e como ele tem ganhado espaço cada vez mais significativo nos currículos escolares, foi feita uma pesquisa bibliográfica em documentos oficiais tais como: Diretrizes Curriculares Nacionais; Base Nacional Comum Curricular (BNCC); e Referencial Curricular Gaúcho.

---

<sup>1</sup> Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática – Universidade Franciscana – UFN. E-mail: [alexandrexs@gmail.com](mailto:alexandrexs@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática – Universidade Franciscana – UFN. E-mail: [maralexalves@gmail.com](mailto:maralexalves@gmail.com)

Faz alguns anos que a abordagem da educação financeira tem sido orientada e estabelecida no currículo escolar. Pode-se observar que o Parecer nº11 de 2010 e a Resolução nº7 de 2010, ambas do Conselho Nacional de Educação (CNE), fixam Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Nessas diretrizes é enfatizado que a “educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos” (CNE/CEB, 2010). Tal normativa, segundo consta no documento, deve fundamentar o desenvolvimento dos conteúdos, tanto os da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL 2018), quanto da parte diversificada do currículo.

Essas diretrizes subsidiaram documentos que foram sendo elaborados nos anos seguintes, como a BNCC que, no contexto da matemática do Ensino Fundamental, orienta:

o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro (BRASIL, 2018, p. 269).

Nesse contexto de Ensino, a educação financeira é citada apenas em habilidades relacionadas ao eixo temático “Números” no que tange objetos do conhecimento como: cálculo de porcentagem, regra de três, juros, acréscimos e descontos percentuais.

Já no âmbito do Ensino Médio, a BNCC cita a educação financeira, explicitamente, na parte dedicada a área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas:

[...] cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo (BRASIL, 2018, p. 568).

Porém, na área da Matemática e suas Tecnologias do Ensino Médio, é indicado o desenvolvimento de habilidades relacionadas apenas à “matemática financeira” em diferentes objetos do conhecimento. Cabe salientar a definição dos conceitos de “matemática financeira” e de “educação financeira” que estamos

adotando neste trabalho.

A “matemática financeira” é entendida como um campo da matemática que reúne objetos do conhecimento relacionados ao estudo de porcentagem, juros (simples e composto) e acréscimos e decréscimos percentuais. Esses objetos do conhecimento são geralmente abordados com pouca ou sem qualquer contextualização com situações reais do cotidiano. Na BNCC para o Ensino Médio é indicado o desenvolvimento de habilidades da matemática financeira relacionando-os com outros objetos do conhecimento matemático, tais como: função afim, quadrática, exponencial, logarítmica, progressões, estatística, entre outros.

Já o termo “educação financeira” segundo Savoia, Saito e Santana (2007), pode-se entender como o processo de desenvolvimento de habilidades capazes de auxiliar no processo de tomada de decisões e no gerenciamento das finanças pessoais. Para esses autores, o desenvolvimento dessas habilidades é fundamental para a integração dos indivíduos na sociedade e para a melhora do relacionamento das pessoas com o sistema financeiro.

A fim de contribuir com os cidadãos para a tomada de decisões financeiras autônomas e conscientes, foi criada pelo Decreto Federal 7.397/2010 (BRASIL 2010), a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Recentemente a ENEF foi renovada pelo Decreto 10.393/2020 (BRASIL, 2020) o qual também instituiu o Fórum Brasileiro de Educação Financeira. O Fórum reúne representantes de 8 órgãos e entidades governamentais que promovem ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal do Brasil.

Outro documento recentemente publicado e que dá suporte a abordagem da educação financeira, sobretudo, no Estado do Rio Grande do Sul, é o Referencial Curricular Gaúcho. Segundo consta no documento, a educação financeira, no contexto escolar, tem como objetivo:

promover o letramento financeiro dos estudantes de forma interdisciplinar e com equidade. Isso permite transcender para além do vínculo com a Matemática Financeira, podendo ser compreendida como os modos dos estudantes desenvolverem competências e habilidades para melhorar a compreensão sobre os produtos financeiros, de acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (RIO GRANDE DO SUL, 2021, p. 84).

Observa-se nesse referencial um dos objetivos da inserção da educação financeira no currículo escolar: promover o letramento financeiro dos estudantes. Carvalho e Carlo (2021) analisaram o desempenho dos estudantes brasileiros em relação ao nível de letramento financeiro. Os autores utilizaram a base de dados do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) de 2015 e os relatórios emitidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com base em um teste de competência financeira, os pesquisadores puderam classificar estudantes, com idades de 15 anos, de 15 países em 5 níveis de letramento financeiro.

A partir dos resultados obtidos, observou-se que o Brasil tem um dos piores níveis de letramento financeiro, sendo o único país em que mais da metade dos estudantes avaliados encontraram-se no nível mais baixo de letramento financeiro (53% dos alunos no nível 1). A pesquisa permitiu concluir que os estudantes não estão desenvolvendo, de forma adequada, as competências financeiras.

Assim, percebe-se a importância de abordar o assunto da educação financeira na educação básica a fim de contribuir com a melhora do nível de letramento dos estudantes. Para isso, é fundamental entender como o assunto é orientado a partir dos documentos norteadores, quais as habilidades e competências sugeridas e o que consta nos documentos que recentemente foram publicados e que balizam a estrutura do Novo Ensino Médio.

## 2. METODOLOGIA

Com a finalidade de compreender e situar o que tem sido orientado e proposto, na literatura especializada e nos documentos oficiais, acerca do tema “Educação Financeira”, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter bibliográfico. Foi pesquisado em plataformas de busca de artigos científicos e principalmente em documentos oficiais do Ministério da Educação, MEC e da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, SEDUC-RS. Também foram consultados estudos referentes à literatura produzida por especialistas na presente área de conhecimento. Segundo Fonseca qualquer trabalho científico

inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (2002, p. 32).

Neste contexto, este trabalho surgiu a partir da pesquisa bibliográfica nas plataformas listadas acima e tinha como principal objetivo reunir um conjunto de informações iniciais sobre como a educação financeira pode ser abordada e ensinada, segundo os principais documentos que norteiam a educação básica.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, são listados os resultados obtidos ao pesquisar os termos “matemática financeira” ou “educação financeira” nas principais publicações encontradas nos sites oficiais do MEC e SEDUC-RS.

#### 3.1. A Educação Financeira na BNCC Do Ensino Médio

No contexto da BNCC para o Ensino Médio, ao fazer uma busca pelos termos “matemática financeira” ou “educação financeira”, é possível encontrar algumas habilidades relacionadas com essas palavras-chave. No quadro a seguir estão listadas essas habilidades e o objeto de estudo relacionado com cada habilidade.

**Quadro 1 – Habilidades relacionadas com Educação Financeira na BNCC**

Objeto de Estudo	Habilidades
Números e Álgebra; Estatística	(EM13MAT104) Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica (índice de desenvolvimento humano, taxas de inflação, entre outros), investigando os processos de cálculo desses números, para analisar criticamente a realidade e produzir argumentos.
Matemática Financeira	(EM13MAT203) Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre outros), para tomar decisões.



Função Afim, Exponencial; Matemática Financeira	(EM13MAT303) Interpretar e comparar situações que envolvam juros simples com as que envolvem juros compostos, por meio de representações gráficas ou análise de planilhas, destacando o crescimento linear ou exponencial de cada caso.
Função Exponencial	(EM13MAT304) Resolver e elaborar problemas com funções exponenciais nos quais é necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como o da Matemática Financeira e o do crescimento de seres vivos microscópicos, entre outros.
Função Logarítmica	(EM13MAT305) Resolver e elaborar problemas com funções logarítmicas nos quais seja necessário compreender e interpretar a variação das grandezas envolvidas, em contextos como os de abalos sísmicos, pH, radioatividade, Matemática Financeira, entre outros.
Função Quadrática	(EM13MAT503) Investigar pontos de máximo ou de mínimo de funções quadráticas em contextos da Matemática Financeira ou da Cinemática, entre outros.

**Fonte:** dos Autores

Recentemente, o Ministério da Educação (MEC) lançou um livro eletrônico intitulado “Caderno Economia” (BRASIL, 2022). Neste estudo, aborda os assuntos de Educação Financeira, Educação Fiscal e Trabalho, denominando-os de “Temas Contemporâneos Transversais”. Esse Caderno Economia faz parte de uma série de 6 livros no qual cada um representa um Tema Contemporâneo Transversal.

No Caderno é apresentado um resgate histórico de como os Temas Transversais foram se desenvolvendo a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais, passando pelas Diretrizes Curriculares e por fim na BNCC. São apresentadas também sugestões de trabalhos como projetos interdisciplinares relacionando-os com diversas habilidades de todas as áreas do conhecimento.

### 3.2 A Temática Educação Financeira no Novo Ensino Médio do RS

A Lei 13.415/2018 instituiu o Novo Ensino Médio e determinou sua implementação no ano de 2020. Essa implementação foi prorrogada para o ano de 2022, por conta da pandemia de COVID-19. Nesse cenário, gestores escolares, professores, alunos e famílias começam a se adaptar com as mudanças ocasionadas por esse novo formato de ensino.

Dentre muitas alterações significativas, pode-se destacar: o aumento de 800 para 1000 horas anuais e o delineamento de uma carga horária para componentes

curriculares obrigatórios e uma carga horária para componentes diversificados a serem escolhidos pelos alunos, chamada de Itinerários Formativos.

O Novo Ensino Médio busca implementar, segundo consta na página virtual do MEC:

uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade (BRASIL, 2018, s/p).

Observa-se então que o principal objetivo do Novo Ensino Médio é atender o interesse da sociedade e alunos, dando-lhes autonomia e protagonismo para a escolha da sua formação, baseado em suas potencialidades e aspirações. Essa escolha se dá inicialmente optando por uma área focal dentre as quatro áreas do conhecimento, que são: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Assim, além dos componentes curriculares obrigatórios e comuns que compõem cada uma das áreas, haverá componentes variados de acordo com a área que o aluno deseja trilhar.

Para cada área focal, no caso do Rio Grande do Sul, há duas temáticas que o aluno deverá optar por uma delas. Na área da matemática, as temáticas são: Tecnologia ou Educação Financeira. De acordo com a temática escolhida, haverá componentes curriculares relacionados a essa temática durante o segundo e terceiro ano do Novo Ensino Médio, previsto para serem cursadas já nos anos de 2023 e, respectivamente, 2024.

Os componentes curriculares que constam no Referencial Curricular Gaúcho para os alunos que optarem pelo Itinerário Formativo da educação financeira são as seguintes: para o 2º ano são *Estatística Básica* e *Matemática Financeira*. Para os alunos do 3º ano os componentes curriculares são: *Estudos Financeiros e Socioeconômicos*; *Gestão Financeira: Pessoal e das Organizações*; *Atividades Orientadas em Educação Financeira*. Para o componente curricular Estatística Básica

é previsto uma carga horária semanal de 2 horas e para os demais componentes, 3 horas semanais.

Além desses componentes curriculares específicos, da temática educação financeira, haverá outros componentes da área complementar de formação. Como a área focal é Matemática e suas Tecnologias, a área complementar poderá ser das Ciências Humanas e Sociais, Linguagens ou das Ciências da Natureza. No segundo ano do ano do Novo Ensino Médio haverá um componente curricular e no terceiro ano dois componentes curriculares da área complementar escolhida pelo aluno.

No quadro a seguir, são apresentados os componentes curriculares das áreas complementares, em cada ano escolar e sua carga horária (CH) semanal. Reforça-se que o aluno precisa cursar apenas uma das três áreas complementares.

**Quadro 2 – Componentes curriculares complementares da temática “Educação Financeira”**

Área Complementar	Ano	Nome do Componente Curricular das áreas complementares	CH Semanal
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	2º Ano	Impactos Econômicos e Sociais do Consumo	3
	3º Ano	Globalização Econômico-Financeira e Dignidade Humana	2
		Economia e Desenvolvimento Humano	3
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	2º Ano	A Industrialização e o Custo Ambiental	3
	3º Ano	Consumo Consciente e Sustentabilidade	3
		Meu Resíduo, Minha Responsabilidade	2
Linguagens e Suas Tecnologias	2º Ano	A Linguagem na Construção de Projetos	3
	3º Ano	Linguagem, Discurso e Poder	3
		Linguagens Digitais	2

**Fonte:** Adaptado de Rio Grande do Sul, 2022

De autoria do Estado do Rio Grande do Sul, há uma série de publicações intituladas “Itinerários Formativos” (Rio Grande do Sul, 2022). Nesses cadernos contém as ementas de cada trilha com a intenção de subsidiar os professores na organização do trabalho pedagógico e na elaboração dos planos de estudos. É possível consultar esses cadernos a fim de buscar aportes sobre os eixos estruturantes que compõem cada componente curricular do itinerários formativos para o Novo Ensino Médio do RS.

A partir das diretrizes curriculares, BNCC, Referencial Curricular Gaúcho e demais documentos citados, é possível perceber que há uma preocupação em tratar



a educação financeira de forma mais eficiente e significativa no âmbito do Ensino Básico. Fica mais evidente ainda quando se observa a atuação de organizações como a OCDE e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira.

Há a preocupação por parte dessas organizações e educadores em geral de formar cidadãos conscientes para tomada de decisões responsáveis e seguras, pois como argumenta Lima e Costa, a falta de uma formação e de conhecimentos financeiros pode “comprometer a tomada de decisões e levar os sujeitos a escolhas equivocadas e nocivas à saúde de suas finanças, afetando negativamente não só o plano individual, mas os planos ambiental e econômico” (2015, p.32).

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a educação financeira é um assunto que tem ganhado cada vez mais espaço nos currículos escolares, porém é de pouco conhecimento por parte dos professores que estão em atuação. Dessa maneira, se faz necessário incluir esses temas nas políticas para a formação inicial (e também na continuada) dos profissionais que estão atuando na rede, uma vez que a temática educação financeira é pouco abordada, tal como pode ser visto em Teixeira:

Destaca-se o fato que, muitas vezes, o professor de matemática não tem uma formação específica em matemática financeira, porque o ensino da educação financeira ainda se encontra em fase de implementação no Brasil. Seguindo os exemplos dos Estados Unidos, Europa e Japão, se faz necessário melhorar a formação dos docentes que lecionam matemática financeira, objetivando conectar essa disciplina à educação financeira (2015, p. 140).

Observa-se também que geralmente esse assunto é trabalhado somente no âmbito da matemática financeira e com pouca contextualização com situações reais e geralmente centrado na aplicação de fórmulas matemáticas tal como é afirmado por Gouveia:

A Matemática financeira nem sempre é trabalhada nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, e quando é oferecida muitas das vezes, fica longe do contexto em que o aluno está inserido. Os conteúdos são oferecidos, na maioria das vezes, de forma a levar o aluno à memorização de fórmulas, que são utilizadas sem saber o porquê sem uma ligação com o seu dia-a-dia. (2006, p. 21)

Portanto, este trabalho buscou mostrar alguns materiais recentes que estão dando início a uma mudança no currículo escolar por meio da inserção da educação financeira, não somente de forma transversal, mas também como componente curricular no Novo Ensino Médio. Logo, é inegável que deve haver uma apropriação desses documentos normativos e materiais de apoio por parte dos professores.

Outro aspecto que se faz relevante e necessário é medir o nível de letramento dos estudantes. Para isso a OCDE (2018), fornece um material em forma de kit para realização dessa classificação quanto ao nível de letramento. A partir dos dados obtidos com essa classificação será possível um diagnóstico e o delineamento de estratégias de intervenção para uma abordagem mais eficiente do tema educação financeira.

Espera-se que a partir desse trabalho, que visou mostrar o que tem sido recomendado no âmbito do ensino básico, seja possível fazer alguns delineamentos para pesquisas futuras: a avaliação dos estudantes quanto ao nível de letramento financeiro; a necessidade de implementar programas de formação de professores para a abordagem da educação financeira; a necessidade de contemplar a utilização de tecnologias para subsidiar a tomada de decisão; a elaboração de projetos interdisciplinares com outras áreas do conhecimento, sobretudo com as Ciências Sociais, pois tal como destaca uma das competências gerais para o ensino de matemática:

Propor ou participar de ações para investigar desafios do mundo contemporâneo e tomar decisões éticas e socialmente responsáveis, com base na análise de problemas sociais, como os voltados a situações de saúde, sustentabilidade, das implicações da tecnologia no mundo do trabalho, entre outros, mobilizando e articulando conceitos, procedimentos e linguagens próprios da Matemática (BRASIL, 2018, p 534).

Assim, como se pode observar, os documentos oficiais têm cada vez mais abrangido o tema da educação financeira no currículo escolar e cabe ao professor traçar estratégias para contemplar as habilidades recomendadas. Por isso a importância de conhecer e se apropriar do que se encontra nesses documentos para assim contribuir com uma real e significativa implementação da educação financeira no currículo escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2010. Seção 1, p. 7-8.

\_\_\_\_\_. Decreto 10.393 de 9 de junho de 2020 - Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm). Acesso em: 22 de set. de 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 24 set. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Caderno Economia** [livro eletrônico]: educação financeira; educação fiscal; trabalho. Brasília: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. 2022. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos\\_tematicos/caderno\\_economia\\_consolidado\\_v\\_final\\_09\\_03\\_2022.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/cadernos_tematicos/caderno_economia_consolidado_v_final_09_03_2022.pdf). Acesso em: 24 set. 2022.

CARVALHO, F. L.; CARLO, M. I. S. Letramento Financeiro dos Estudantes Brasileiros: análise do PISA 2015. **Revista de Administração da Unimep**, v. 19, n. 2, p. 1-23, 2021.

CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica). Parecer Nº 11, de 7 de outubro de 2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de dezembro de 2010, seção 1, p. 28. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=63\\_24-pceb011-10&category\\_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=63_24-pceb011-10&category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 25 set. 2022.

CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica). Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf). Acesso em: 25 set. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOUVEIA, S. A. S. **Novos caminhos para o ensino e aprendizagem de matemática financeira**: construção e aplicação de webquest. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática), Rio Claro.

LIMA, A. S., COSTA, C. S. Educação Financeira na Educação Básica: Um Bom Negócio. Educação Matemática em Revista. n. 44, 2015. Disponível em: <<http://www.sbem.com.br/revista/index.php/emr/article/view/432>>. Acesso em: 22 set 2022.

OECD/INFE. **Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion**. Paris: OECD. 2018

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho**: Ensino Médio. Secretaria de Estado da Educação: Porto Alegre, 2021. Disponível em: <<https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202111/24135335-referencial-curricular-gaucha-em.pdf>> Acesso em: 22 set. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. **Itinerários Formativos**: Trilhas de Aprofundamento. Área Focal: Matemática e suas Tecnologias. Secretaria de Estado da Educação: Porto Alegre, 2022. Disponível em: <<https://ensinomediogaucha.educacao.rs.gov.br/#teachermaterial>> Acesso em: 22 set. 2022.

SAVOIA, J.; SAITO, A.; SANTANA, F. Paradigmas da Educação Financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro 41 (6): p. 1121-1141, 2007. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>>. Acesso em: 24 set. 2022.

TEIXEIRA, J. **Um estudo diagnóstico sobre a percepção da relação entre educação financeira e matemática financeira**. 2015. Tese (Doutorado em Educação Matemática). São Paulo: PUCSP.